

**Universidade de santo amaro
Faculdade de serviço social**

**Andréa Rodrigues Otoni
Gerson Alves de Souza**

**Juventude, lazer e cultura:
Políticas públicas para o jovem da periferia.**

**SÃO PAULO
2009**

Andréa Rodrigues Otoni
Gerson Alves de Souza

**Juventude, lazer e cultura:
Políticas públicas para o jovem da periferia.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de bacharel em Serviço social da Universidade de Santo Amaro, sob a orientação da Prof. Dra. Marlene Almeida de Ataíde.

SÃO PAULO
2009

**ANDRÉA RODRIGUES OTONI
GERSON ALVES DE SOUZA**

**JUVENTUDE, LAZER E CULTURA:
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O JOVEM DA PERIFERIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de Bacharel
Em Serviço Social do Curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro.

Data de Aprovação ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Dra. Marlene Almeida Ataíde

Leitora: Caroline Paula Silva Marques de Souza

Conceito Final: _____

Dedicamos a nossa família e amigos pela compreensão e apoio.

Dedicamos também a todos que participaram desta construção com seus depoimentos e ensinamentos, os jovens participantes da pesquisa, os professores que orientaram este trabalho, Virginia Paes Coelho e Marlene Almeida de Ataíde, e todos os moradores da comunidade Jardim Silveira.

Resumo

Este texto busca conhecer o cotidiano de jovens moradores de uma comunidade da periferia de São Paulo quanto sua pratica de atividades ligadas ao lazer e a cultura. O trabalho busca fornecer elementos para a compreensão através de estudo bibliográfico, do processo histórico que norteia a juventude, para que pudéssemos compreender a atual situação da juventude moradora da periferia de São Paulo, tendo como principais eixos os temas juventude, cultura, lazer, periferia, família e as políticas públicas voltadas para a juventude. Como metodologia da pesquisa foi escolhida a pesquisa qualitativa que capta através da oralidade a experiência dos sujeitos pesquisados.

Palavras Chave: Juventude; Cultura; Lazer; Periferia;

Lista de Siglas

CEUs	–	Clube da Comunidade dos Centros Educacionais Unificados Município de São Paulo;
ECA	–	Estatuto da Criança e do Adolescente;
GCAR	–	Grupo Cultural AfroReggae;
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
ONU	–	Organização das Nações Unidas;
ONG	–	Organização Não Governamental;
OPAS	–	Organização Pan-americana de Saúde;
PT	–	Partido dos Trabalhadores;
PCdoB	–	Partido Comunista do Brasil;
PEC-G	–	Programa de Estudantes em Convênio de Graduação;
UBS	–	Unidade Básica de Saúde;
UNESCO	–	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura;
UNISA	–	Universidade de Santo Amaro;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
-----------------	----

I Capítulo

1 PENSANDO A JUVENTUDE DAS PERIFERIAS BRASILEIRAS.....	10
--	----

1.1 JOVEM OU ADOLESCENTE?.....	12
--------------------------------	----

1.2 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A JUVENTUDE BRASILEIRA.....	13
--	----

1.3 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A FORMAÇÃO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS.....	18
--	----

1.4 POBREZA E PERIFERIA - INDO ALÉM DO CENSO COMUM.....	21
---	----

1.5 CULTURA, LAZER E CIDADANIA.....	24
-------------------------------------	----

1.5.1 A TRANSFORMAÇÃO PELA CULTURA EM COMUNIDADES CARENTES, UM EXEMPLO PRÁTICO.....	26
--	----

1.6 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE BRASILEIRA.....	28
---	----

II Capítulo

2 A REGIÃO DE PARELHEIROS EM ALGUNS NUMEROS.....	32
--	----

2.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS, ACERTOS E “CONTRATEMPOS”. 35	
--	--

2.1.1 OS OBJETIVOS, O PROBLEMA E A HIPÓTESE.....	37
--	----

2.2 PERFIL DOS PESQUISADOS.....	37
2.3 NECESSIDADE, TEMPO, DEVERES: A RESPONSABILIDADE PELA MUDANÇA.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47
ANEXO A.....	52

Introdução

“A juventude precisa de sonhos
e se nutrir de lembranças,
assim como o leito dos rios
precisa da água que rola
e o coração necessita de afeto”.

Charles Chaplin

A presente monografia, intitulada “Juventude, lazer e cultura: políticas públicas para o jovem da periferia” é uma pesquisa derivada do trabalho de iniciação científica intitulado “Faça Você Mesmo”, realizado pelos autores no bairro Jardim Silveira, Distrito de Parelheiros, zona sul da cidade de São Paulo, bairro este, onde elegemos os sujeitos desta pesquisa.

O objetivo deste estudo foi conhecer o cotidiano de jovens, moradores do Jardim Silveira, região de Parelheiros, zona Sul da cidade de São Paulo, em relação ao acesso a cultura e ao lazer, fatores que consideramos determinantes de possibilidades futuras para tornarem-se sujeitos. Quanto aos objetivos específicos, decidimos por conhecer as políticas públicas voltadas para o atendimento da juventude, identificar qual a importância que o jovem atribui à cultura, saber qual o papel da escola nesta construção cultural e conhecer suas formas de lazer e ocupação do tempo livre.

Do ponto de vista da indagação, a questão que estava no bojo das nossas reflexões é de que existe um suporte frágil e nem sempre eficiente para a formação cultural e social da juventude brasileira, em especial para os jovens que se encontram na pobreza, vivendo na periferia das grandes cidades.

Neste sentido, partimos da hipótese que a ação do Estado é insuficiente para o desenvolvimento cultural e social dos jovens da periferia, tanto na oferta de meios materiais (infra-estrutura) para usufruto de atividades culturais oferecidas gratuitamente, quanto no número de projetos voltados para a cultura dentro da periferia da cidade de São Paulo.

Neste trabalho buscamos compreender através de estudo bibliográfico, o processo histórico que norteia a juventude, para que pudéssemos compreender a atual situação da juventude moradora da periferia de São Paulo.

Portanto, os jovens da pesquisa, conforme mencionado anteriormente merecem atenção, no sentido de que as políticas de cultura e lazer, não sejam apenas letras mortas, mas que de fato alcancem aqueles sujeitos.

Para efeitos da construção deste trabalho, no primeiro capítulo discorreremos sobre as dimensões das transformações históricas atravessadas pelas temáticas da juventude, nela incluindo a família, enquanto suporte fundamental para a construção da sua cidadania, buscando ainda, valorizar a cultura e o lazer, enfatizando a questão da pobreza e a influência desta condição na prática de atividades voltadas para a cultura, enquanto políticas públicas destinadas ao atendimento da juventude brasileira.

No segundo capítulo, foi dada ênfase às características da região de Parelheiros, *lócus* da pesquisa, destacando os caminhos metodológicos, bem como a escolha pela pesquisa qualitativa, que privilegia a oralidade dos sujeitos e, concordando com Queiroz (1991), a oralidade capta as experiências dos narradores e tudo o que ele narra oralmente pode ser considerado história, seja a história dele ou de um determinado grupo que se transforma numa informação.

Neste fazer, delimitamos também os objetivos, o problema e a hipótese norteadora da nossa reflexão. É neste capítulo que a pesquisa sobre esse tema se encontra, bem como as análises a partir das narrativas.

Analisar as narrativas dos sujeitos à luz dos autores que nos debruçamos no decorrer do processo, foi de fundamental importância para compreendermos como vivem e como pensam estes jovens, a respeito das políticas de cultura e lazer destinadas ao público juvenil.

Capítulo I

Pensando a juventude da periferia brasileira

“Quando não houver caminho
Mesmo sem amor, sem direção
A sós ninguém está sozinho
É caminhando que se faz o caminho
Quando não houver desejo
Quando não restar nem mesmo dor
Ainda há de haver desejo
Em cada um de nós, aonde Deus colocou”

Titãs – Enquanto houver sol.

1 Pensando a juventude das periferias brasileiras.

O trabalho de conclusão de curso é a primeira oportunidade dada aos alunos para que pesquisem e produzam um trabalho científico voltado à linha de estudo de seu maior interesse.

Nesta oportunidade, buscamos falar sobre cultura. Essencialmente no significado do termo “multiplicidade de formas de existência”, como encontramos em Santos (1996), isto é, o estudo dos caminhos percorridos por cada segmento da sociedade, e que, através deste, tem-se a oportunidade de conhecer os valores e condições materiais que levaram um grupo de pessoas à reprodução de determinados costumes.

Portanto, temos como cultura toda manifestação cotidiana entre associações de pessoas, e o estudo dos valores históricos e condições que originaram os costumes vigentes, o que nos possibilita novos questionamentos, seja para seu fortalecimento, quando os valores representam a comunidade ou resgatam lutas, acontecimentos e datas importantes, seja para sua superação/adaptação, quando estes costumes põem em risco a vida ou de alguma forma, não corresponde à realidade ou aos interesses da comunidade onde esta discussão é posta.

A discussão do tema cultura neste trabalho é voltada para a juventude da periferia, posto que, é direito de toda a população ter acesso a atividades culturais. Porém, muitas vezes este direito é negado, sobretudo aos moradores de comunidades afastadas dos grandes centros e de baixa renda.

Também é tratada a questão da juventude sob o ponto de vista histórico de seus movimentos, com seu posicionamento frente à política, moda e comportamento de sua época.

1.1 Jovem ou adolescente?

Neste trabalho trataremos de jovens, a população que do ponto de vista demográfico é definida geralmente pela faixa etária que vai dos 15 aos 24 anos, como indicam órgãos de pesquisa de expressão nacional como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e internacionais, como Organização das Nações Unidas (ONU)¹ (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2004).

Historicamente, vários campos do conhecimento discutem sobre a definição de juventude e em muitos casos, essas definições se confundem com o período que conhecemos como adolescência, como pode ser visto no documento *Políticas públicas de/para/com as juventudes*, publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (2004, p. 23).

O termo “juventude” refere-se ao período do ciclo da vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos e, durante o qual, se produzem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e o gênero.

No entanto, a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), diz que a adolescência e a juventude devem ter conceitos distintos, observando as diferenças psicológicas, fisiológicas e sociológicas que estão presentes em cada um dos termos. Sendo a adolescência um processo biológico, de transformações físicas e de personalidades, este período é dividido em duas fases: a pré-adolescência, que acontece dos 10 aos 14 anos e adolescência, que se estende dos 15 aos 19 anos de idade. (STAMOTO, 2008).

Juridicamente, temos como referência o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, conforme o artigo 2º do mesmo é considerado “adolescente aquela (pessoa) entre doze e dezoito anos de idade”.

Já o termo juventude trata de uma fase sociológica, e se refere ao processo de preparação dos indivíduos para que possam assumir o papel

¹ A Assembléia Geral das Nações Unidas define “jovem” como sendo o grupo de pessoas com idade entre 15 e 24 anos. Essa definição data de 1985, o “Ano Internacional da Juventude”.

social de adultos, “tanto do ponto de vista da família e da procriação, quanto profissional com plenos direitos e responsabilidades”. Entende-se que esta fase se estende dos 15 aos 24 anos de idade. (BRASIL, 1998)

No entanto, alguns autores como Abramo (1994), vêm dizer que se a juventude não está relacionada a fatores biológicos e sim sociológicos, esta fase pode se referir a diferentes idades, dependendo da sociedade na qual o jovem está inserido.

Como pode ser percebido, adolescência e juventude são dois momentos concomitantes do crescimento de um indivíduo, porém, cada termo descreve características específicas deste crescimento. Desta forma, justificamos a escolha do termo “jovem” e não “adolescente”, para designarmos os sujeitos de nossa pesquisa, pois não pretendemos tratar de fatores biológicos. O foco desta pesquisa são os fatores sociais e sociológicos que cercam e influenciam a vida cultural dos sujeitos pesquisados.

1.2 Um breve histórico sobre a juventude brasileira

Como foi exposto, conceituar ou definir o período da vida denominado juventude, não é uma tarefa simples. Segundo Abramo (1994), a juventude é um período da vida caracterizado pelo término da infância e pelo processo de entrada do indivíduo no mundo adulto, porém a duração deste período e o papel destes no grupo que pertence pode variar em cada sociedade e período histórico.

Até o século XVI, o período da vida que conhecemos como juventude simplesmente não existia. Na sociedade medieval, por exemplo, as crianças passavam diretamente da infância para a idade adulta, desde muito cedo já exerciam algumas das tarefas do cotidiano dos adultos. Dentro deste momento histórico não havia necessidade de formar a criança para responsabilidades específicas da sociedade.

No século XVII, a família passa a ter uma nova configuração, neste momento ela torna-se responsável pela formação moral de seus membros,

com isso a família passa a ter uma maior proximidade com suas crianças (ABRAMO, 1994).

É nesta mesma época que a escola passa a desempenhar também o papel de educadora. Desta forma, a criança tem a possibilidade de ter seu aprendizado oferecido por outra instituição que não a família. Surge o segundo grande avanço na construção de uma identidade juvenil, a criança passa então a ter uma base de formação moral - a família, e uma base de formação intelectual - a escola.

No século XVIII, o período escolar é dividido em duas fases, a escola e o liceu. À escola todo o povo tinha acesso, dos filhos dos nobres aos filhos dos artesãos. O liceu exigia um tempo maior dedicado aos estudos, ou seja, este era direcionado prioritariamente aos filhos dos burgueses. Segundo Abramo (1994), esta etapa intermediária entre a infância e a vida adulta era a condição juvenil do século XVIII.

No século XIX, acontece uma regressão deste processo, pois os filhos das classes subalternas passam a ser mão-de-obra nas fábricas, deixando de frequentar a escola, e conseqüentemente, tendo uma entrada cada vez mais precoce no mundo adulto.

Vale lembrar que até o século XIX, a escola era um ambiente majoritariamente masculino, no qual somente a partir do século XIX fora aberta às meninas.

É durante o século XX, que os jovens passam a ter maior visibilidade. Neste século, muitos grupos juvenis se destacam reivindicando um lugar na sociedade.

Alguns acontecimentos, como a primeira guerra mundial, fizeram com que os jovens questionassem a geração detentora do poder, diante da quantidade de soldados jovens mortos defendendo ideais impostos pelos mais velhos.

No período que abrangeu o fim da primeira guerra e o início da segunda guerra mundial, se deu o aparecimento de fenômenos culturais, como a era do Jazz, movimento de arte vanguardista, a boêmia, entre outros. Conforme Abramo (1994) neste período surgem principalmente em países mais desenvolvidos, movimentos de oposição a ordem, como os movimentos estudantis, lutas de resistência ao nazi-fascismo, anticolonialistas e movimentos de contracultura.

Após a década de 1950, começam os primeiros estudos sobre a juventude, com enfoque nos jovens universitários, como sujeitos políticos questionadores da ordem imposta. Para Abramo (1994) este foi o primeiro momento em que a juventude esteve em foco, a juventude entrou na cena política nacional.

Os anos 1960 deixaram marcados de forma significativa o segmento juvenil, com mudanças fundamentais na construção de uma nova condição, quando jovens das diversas camadas sociais passaram a frequentar a escola por um período que equivale, nos dias atuais, ao ensino fundamental completo. Este fato possibilitou aos mesmos a entrada no mercado de trabalho, cujo dinheiro ganho era gasto principalmente no seu consumo próprio, levando ao surgimento de um mercado especializado em atender este novo público. São criados símbolos juvenis em produtos como refrigerantes, chicletes, jaquetas, calças jeans e motocicletas; e na cultura, com o gênero musical “rock’n roll”. Assim como qualquer marca que pudesse representar este segmento.

No final dos anos 1970, surgem os punks² na Inglaterra, e no Brasil estes tiveram influência na mídia e na produção cultural, especialmente a juvenil, durante os anos 80. Na Inglaterra, este grupo era composto principalmente por garotos da classe trabalhadora que viveu durante a crise econômica, e no Brasil eram garotos da periferia, descontentes com a realidade apresentada à sua volta e o seu mascaramento por parte da sociedade.

Bivar define os punks como:

(...) Uma geração que insatisfeita com tudo, invoca o espírito da mudança... o punk atua como desencadeador de uma grande agitação no cenário cultural e comportamental da juventude. (BIVAR, 1982, p. 43)

Nos anos 80, a juventude no Brasil é marcada principalmente pelo surgimento de grupos musicais. Estes se tornam ídolos dos jovens da classe média e também das classes subalternas, pois, na mídia nacional, programas de rádio e televisão fazem a divulgação destes grupos em todo o território nacional.

² Este termo vem do inglês e significa madeira podre ou coisa sem valor, pessoas desqualificadas.

As telenovelas também têm um importante papel neste período, pois passam a ditar a moda nos centros urbanos. Os jovens passam a ter como modelo os padrões de beleza impostos pela mídia, característica que é comum até hoje.

Muitos jovens nos anos 80 participaram do movimento das “Diretas Já”, juntamente com lideranças sindicais, políticos, jornalistas e artistas em geral, sendo este o grande movimento político da sociedade brasileira na década de 1980.

Esta geração também foi marcada pela maior visibilidade de alguns grupos juvenis onde “a violência aparece como a rejeição à delinquência e a integração aos valores autóctones³” (COSTA; SILVA, 2005. p. 149).

Denominados como gangues, bandos, galeras, tribos urbanas, estes jovens brasileiros estavam frequentemente envolvidos com atos de violência e delinquência. Estes grupos são observados no país ao longo dos anos 80 e vão se formando principalmente nos grandes centros urbanos. São compostos por jovens da classe média, alta e baixa. Os autores afirmam que estes grupos se diferenciam através do tratamento que lhes foi dado pelas autoridades.

Os autores destacam um grupo juvenil que se destacou nesta época na cidade de São Paulo, a turma do Barão. Este grupo começou a se reunir em meados dos anos 70, e era formado por cerca de 40 jovens, estudantes do colégio Batista Brasileiro, no bairro de Perdizes. Eles se reuniam nas proximidades dos prédios Barão de Ladário e Barão de Laguna. Nos anos 80, a turma já contava com aproximadamente 70 membros, que se reuniam para ir à festas, onde brigavam com outros grupos. Neste período alguns destes jovens já usavam drogas lícitas e ilícitas. No final dos anos 1980, o grupo já contava com cerca de 100 jovens.

A devastação que essa turma sofreu foi enorme. Na metade da década de 90, 32 pessoas haviam morrido antes dos 35 anos: vinte faleceram em decorrência da AIDS; seis morreram em acidentes; três foram assassinados e três se suicidaram, dois deles o fizeram após cometerem homicídios. Doze pessoas sobrevivem com o vírus da AIDS. (COSTA; SILVA, 2005, p. 161).

³ Do Aurélio a palavra Autóctone significa “que é oriundo da terra onde se encontra, sem resultar de migração ou importação.” Isto é, nativo (2002, p 76).

Por situações como essa, a sociedade vê como cada vez mais necessário o entender melhor a condição juvenil, assim como fica cada vez difícil fechar os olhos para a necessidade de políticas públicas direcionadas para este segmento.

Nos anos 90, a juventude brasileira ganha maior visibilidade na mídia nacional, mas da pior forma possível. Foram casos que chocaram a opinião pública, tanto nacional quanto internacional. Alguns exemplos que até os dias de hoje são discutidos nos diversos espaços da sociedade, são o assassinato do índio Galdino, em Brasília, e a chacina da Igreja Candelária, no Rio de Janeiro. Nestes dois episódios jovens brasileiros foram protagonistas.

O índio pataxó Galdino Jesus dos Santos foi assassinado em 1997 por jovens da classe média-alta de Brasília, na parada de ônibus Asa Sul. No “massacre da Candelária”, oito jovens foram mortos enquanto dormiam em frente à igreja da Candelária, no Rio de Janeiro. Durante a segunda metade dos anos 90, a exposição de casos de violência envolvendo jovens brasileiros das diversas camadas sociais se tornou comum nos noticiários nacionais.

Toda essa repercussão na mídia nacional e internacional, em torno de casos de violência envolvendo jovens no Brasil, fez com que autoridades como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), tomassem atitudes diante dos fatos apresentados. A partir da segunda metade da década de 1990, pesquisas com a temática jovens e violência, se tornaram cada vez mais frequentes em nosso país.

Dessa forma, a UNESCO passa a promover seminários e pesquisas em parceria com organismos públicos em torno deste tema. Parte dessas pesquisas e seminários foram publicadas e amplamente divulgadas na mídia, pois segundo Cobb e Elder (1995, apud SPOSITO, 2007, p. 9):

O acesso aos meios de comunicação ou recursos para alcançar o grande público é essencial na constituição de uma agenda (de debates).

A construção de uma agenda pública em torno da questão da juventude era o objetivo destas discussões. Um dos trabalhos desenvolvidos neste período foi: *Jovens, acontecendo na trilha das políticas públicas*. Este livro é resultado de um seminário promovido pela UNESCO. Ele é constituído a partir

do resultado de pesquisas sobre os jovens brasileiros, onde se abordam temas ligados à condição da juventude brasileira por diversos ângulos, sobretudo a relação jovem e violência. Alguns textos trazem estatísticas sobre os locais mais perigosos para os jovens no Brasil, quais as principais causas de mortalidade entre jovens, assim como as áreas onde a taxa de criminalidade entre os jovens é maior.

Os autores deste livro discutem também, o fato dos direitos constitucionais não serem garantidos aos jovens brasileiros, e apontam estes como sendo um dos principais motivos da situação alarmante na qual se encontrava a juventude brasileira naquele momento.

Sposito (2007) considera que estes estudos foram determinantes para a mudança na forma como as diversas esferas da sociedade passam a ver o jovem, esta mudança se deu na 1990.

O jovem e a juventude são então colocados em uma outra perspectiva, deixam de ser tratados como um segmento social que precisa ser construído, qualificado e classificado para passar a ser considerados atores sociais concretos, detentores de atributos negativos e positivos que os alçam ao patamar de co-responsáveis de possíveis mudanças ou transformações. (ABRAMOVAY, 1999, apud SPOSITO, 2007, p. 10)

No final da década de 1990, com o apoio dos estudos citados, ações destinadas aos jovens começam a ser articuladas pelo governo federal e posteriormente pelos governos estaduais e municipais.

1.3 Um breve histórico sobre a formação das famílias brasileiras.

As famílias podem ser definidas como unidades de relações sociais e de reprodução tanto biológica quanto ideológica, no sentido de que é nelas que os hábitos, costumes, valores e padrões de comportamento são transmitidos e questionados. Como espaço de convivência, a família é o lugar das trocas afetivas e de informação e das decisões coletivas, como as que dizem respeito aos interesses comuns, como lazer e consumo. É um grupo composto por indivíduos de sexos diferentes e de grupos etários distintos. (ROCHA-COUTINHO, 2006, p. 96)

Para entendermos as diferentes composições familiares existentes em nossa sociedade, acreditamos que primeiramente precisamos entender o processo histórico que originou esta realidade atual.

Neder (1994) faz um resgate histórico sobre as diferentes formações familiares que deram origem à sociedade brasileira atual, apontando os seguintes segmentos familiares: “família padrão de origem ibérica (aqui, parece que falta ou uma vírgula ou dois pontos. Verifiquem no texto, por se tratar de uma citação) um padrão europeu de origem patriarcal e as outras famílias de origens indígenas ou africanas, matrilineares, patrilineares, poligâmicas/islamizadas” (p. 27 e 28).

No período colonial do Brasil, a classe dominante era de origem européia e seguia o modelo de família patriarcal. Naquele período, atribuíam-se valores à cultura de cada povo e acreditava-se que juntamente com o domínio econômico era necessário impor sua cultura sobre os povos escravizados. Desta forma, tanto os escravos trazidos do continente africano como os índios capturados em terra brasileira, foram catequizados com os preceitos do Cristianismo e a inserção dos padrões morais/familiares das famílias ibéricas.

A mesma autora relembra também a forma como as famílias escravas receberam sua alforria, um contingente de pessoas, em sua maioria analfabeta e vista pela sociedade como “seres na condição pré-humana”, que de uma hora para outra perderam a “proteção” de seus senhores. (p. 30), impossibilitou qualquer inserção destes como membros produtivos da sociedade.

Neste momento o Brasil iniciava seu processo de industrialização, que foi determinante no rumo seguido pela maioria das famílias brasileiras. Segundo Sarti (1999) “a família não pode ser desvinculada de seu contexto social nem pensada isoladamente” (p.104).

Portanto, para compreender a família contemporânea faz-se essencial ter em mente as mudanças na sociedade, como a industrialização, a emigração e a migração, o surgimento das grandes capitais brasileiras, a pílula anticoncepcional, o divórcio legal, entre outras questões que transformaram o cotidiano das famílias brasileiras.

Compreender este contexto histórico nos possibilita um novo olhar para as famílias pobres brasileiras (famílias estas que estamos trabalhando em nossa

pesquisa), um olhar muito mais científico e livre de pré-conceitos e de censo comum.

Sarti (1996) defende a idéia de que a presença masculina tem toda uma representação de poder na família pobre, onde nestas famílias “*mesmo quando ele não prove a família sua presença desnecessária continua necessária*” (p.48). Contudo, a autora lembra que este papel masculino não é necessariamente exercido pelo pai. Muitas vezes, quando este deixa a família, este papel é exercido ou por um dos filhos ou por um tio, devido a autoridade que a presença masculina representa para estas famílias.

Nas famílias pobres “as obrigações morais são a base fundamental, a família como ordem moral fundada num dar, receber, retribuir contínuos, tornando-se uma referência simbólica fundamental, uma linguagem através da qual os pobres traduzem o mundo social, orientando e atribuindo significado às suas relações dentro e fora de casa” (p. 63).

A relação de confiança entre os membros desta família é uma característica importantíssima, pois são mais apreciadas até mesmo que as relações consanguíneas.

Rocha-Coutinho (2006) destaca que as transformações sociais influenciam significativamente a estrutura e a dinâmica familiar, assim como é na família onde são trabalhadas novas ideias, novos hábitos, e onde se questiona a ideologia dominante.

Esta possibilidade existe apenas por ser a família um espaço “privilegiado de convivência de diferentes gerações” (2006, p. 97). Com a convivência de crianças, jovens e adultos no ambiente familiar, diferentes visões de mundo são postas em discussão e questionadas neste espaço.

Há de se destacar também o quanto os papéis neste espaço vêm sendo alterados em nossa sociedade. Explorando ainda o fato da influência da sociedade nas relações familiares, torna-se possível ver a sensível mudança nas relações hierárquicas familiares. Um exemplo é que em nossos dias, não são somente os mais velhos que têm o dever de ensinar. Os mais jovens têm maior facilidade de assimilação de novas tecnologias, e por isso é comum ser atribuído a eles o papel de configurar um computador ou programar o vídeo cassete.

Cada vez mais, as relações familiares vão deixando de ser enraizadas em imposições, obediência e respeito cegos. É mais comum estas relações serem justificadas em nossa sociedade com cooperação, cumplicidade e até amor.

1.4 Pobreza e periferia - indo além do censo comum.

Para atravessarmos a barreira de nosso censo comum, buscaremos compreender a relação pobreza e periferia a partir dos contextos histórico, social e multidimensional (ARREGUI; WANDERLEI, 2009) que norteiam suas existências.

Retomaremos mais uma vez a sociedade medieval, onde não havia a possibilidade de ascensão social, desta forma aquele que nascia plebeu, não sairia desta condição até o fim de sua vida, da mesma forma seria com seus descendentes, assim como foi com seus antepassados.

A divisão em classes sociais como observamos hoje, não existia naquela época. A divisão em classes sociais é uma característica de uma sociedade com valores fundamentados na divisão do trabalho.

Na gênese do sistema capitalista, a ideia de liberdade estava sempre relacionada à liberdade nos negócios e ausência de intervenção, onde cada burguês poderia livremente fazer seus negócios, sem a necessidade de prestar contas a nenhum nobre. Também era de interesse da burguesia, que os camponeses pudessem trabalhar sem precisar dividir o lucro de seu trabalho com a nobreza, assim os camponeses teriam mais recursos para comprar os produtos comercializados nos pólos burgueses. Esta era a liberdade desejada e sonhada por todos (os burgueses) naquele momento.⁴

Com a ampliação da “liberdade”, os homens que já tinham posse dos poucos meios de produção existentes, e de alguma moeda de troca, foram cada vez mais contratando camponeses, que passaram a se voltar cada vez mais para estas atividades comerciais. A “liberdade” permitiu que o trabalhador ficasse livre para vender sua força de trabalho a quem quisesse, e não mais ter

⁴ Não citamos autor específico por se tratar de conhecimento acumulado ao longo do processo acadêmico.

sua vida dominada pelo senhor aristocrata, passando a ser um trabalhador e gestor de sua própria vida:

Não está mais sob proteção de ninguém, já não está sob dependência pessoal de outro... é o mercado invisível e impessoal que regula sua vida. (MARTINS, 2002, p. 28)

O desenvolvimento industrial do século XIX tornou as condições de vida miseráveis e condições de trabalho dos proletários insustentáveis⁵. Os países pioneiros no desenvolvimento industrial (Inglaterra, França etc.) foram pioneiros também na criação de mecanismos de enfrentamento para as questões que passam a incomodar a sociedade⁶.

No Brasil, a industrialização desenvolvida, chega já em meados do século XX, pois o nosso país era prioritariamente voltado para o cultivo do café, um país de tradição agrícola. Como nossa economia era totalmente voltada para a exportação deste único artigo, com a crise econômica mundial de 1929 os produtos considerados supérfluos passaram a ser pouco comercializados, isso atingiu diretamente a economia brasileira, gerando transformações em todas as esferas da sociedade.

Com a crise, os países europeus e da América do Norte deixaram de consumir o café brasileiro, alegando que este era um artigo de luxo. Esta postura leva o Brasil à uma crise econômica de proporções gigantescas, vários barões do café vão à falência e são obrigados a queimar sacas e sacas de café para tentarem elevar novamente o preço do produto. Esta grande crise mundial fez com que o Estado e as elites brasileiras repensassem sua política econômica. Foi no governo de Getúlio Vargas, que a industrialização brasileira ganhou força. Estas mudanças:

De direção na economia e na política brasileiras estimularam um fluxo migratório em direção às cidades e ao desenvolvimento tão esperado. As pessoas vinham principalmente do nordeste, cheias de esperança de dias melhores. Com isso o problema da habitação se agrava, pois as cidades não tinham capacidade de absorver tamanho fluxo. (BARBOSA ; SOUSA e SILVA, 2005, p. 35).

⁵ Esta fase de desenvolvimento do sistema capitalista pode ser observada no filme *Germinal*;

⁶ Um dos mecanismos utilizado pelos setores dominantes foi a lei dos pobres, que alimentava os indigentes, mas para isso estes sujeitos perdiam sua cidadania e recebiam tatuagens que acusavam sua condição de pobre.

É neste momento que aumenta consideravelmente o número de favelas nas regiões metropolitanas brasileiras, como é o caso da cidade do Rio de Janeiro, que em 1900 tinha cinco favelas, em 1930 já contava com 32 favelas e finalmente, em 1965 eram 165 favelas. (SILVA; BARBOSA, 2005).

Em consequência deste crescimento populacional desregulado que ocorreu em toda a América Latina os cientistas sociais deste continente tomam consciência:

Do caráter anômalo e dependente do desenvolvimento econômico possível e dos problemas sociais que acarretava. Naquele momento começava ficar evidente que o desenvolvimento econômico não se fazia acompanhar de um correspondente crescimento de desenvolvimento social (MARTINS, 2002, p. 33).

As pessoas migraram das zonas rurais, em direção às grandes capitais, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, passando a viver em condições precárias, e suas habitações empurradas cada vez mais para as áreas periféricas, deslocadas do centro das cidades.

Essas características de bairros afastados dos centros urbanos se tornam cada vez mais comum em nossa sociedade.

Porém, atribuir apenas às necessidades econômicas a questão da pobreza é reduzir em demasia as carências desta parcela da sociedade. Como acompanhamos em Martins (1991), ser pobre não é apenas uma condição onde não se tem recursos financeiros, é também carência de direitos, possibilidades e até mesmo de esperança.

Se a falta de renda e a carência de bens materiais fossem de fato os únicos determinantes da pobreza, como iríamos explicar o fato de:

Na favela do Jaguaré, em São Paulo, segundo instaladores da telefônica, 70% das habitações têm telefone, não poucos barracos têm outro anexo próximo para o carro da família. Não é raro encontrar barracos com TV, geladeira e até máquina de lavar, onde a instalação da água é clandestina. Portanto, mudou a forma de pobreza: o pobre aderiu ao mundo que o fez pobre (MARTINS, 2002, p. 10).

O que de fato acontece é que nosso sistema econômico não apenas permite, ele induz ao consumo de bens, pois é o consumo do que é produzido

pelo capital que fortalece cada vez mais o sistema. É fundamental possibilitar meios para que todos consumam. Cada um de acordo com suas condições, pois, cada vez mais somos bombardeados por promoções, opções de crédito, condições de pagamento, enfim, alternativas para que mais pessoas possam absorver a produção do mercado capitalista.

Esta parcela da população, quanto mais distante da participação econômica, mais longe fica da esperança de possibilidades e de direitos, pois estas populações estão sendo privadas de usufruir de sua cidade, assim como o acesso ao lazer e à cultura, e a todos os benefícios que estes podem lhes oferecer, estando também proibidos de exibirem sua cultura livremente nos mesmos espaços que se exhibe a cultura de massa.

Ao jovem pobre está vetado não apenas o mercado de trabalho, os espaços de lazer, esporte e cultura, mas, e talvez, principalmente, o direito de estar, de circular e de se apropriar da cidade. (CASSAB; TARDIN, 2005, p 59).

1.5 Cultura, lazer e cidadania.

Neste tópico, trataremos tanto dos conceitos de lazer e cultura em nossa sociedade como também da relação entre estes dois, buscando ilustrar a relevância de atividades culturais e de lazer.

Segundo Mello (2007) no século XVII as manifestações artísticas eram acessíveis a poucos, quando o autor dá a estes a denominação de “iluminados”. Naquele século, o acesso à cultura era instrumento que definia o status e distinguia os cidadãos dentro da sociedade.

Entre os séculos XIX e XX, essa segregação se consolidou devido ao fato da cultura passar a ser um fator estratégico de organização social. Nas cidades, uma alta circulação financeira e valorização do luxo passam a fazer parte da vida dos mais abastados, hábitos de consumo e lazer originários do recente capitalismo. Tal fato promove a produção de novas formas de lazer, como o cinema. Portanto, no início do século XX, a ideia de cultura estava ligada à arte e ao mercado onde se inseria esta arte.

Durante a segunda metade do século XX, a ideia de cultura sofre forte influência do pensamento antropológico e passa a conceber a cultura como o “conjunto de valores e sensibilidades que norteiam a vida em sociedade”. (MARCELLINO, 2007, p. 6).

Santos (1996, p. 8) traz o conceito de cultura como uma “multiplicidade de formas de existência”, ou seja, o resgate de lógica, dos valores e condições materiais que originaram costumes e tradições de uma comunidade, cada tentativa de associação entre pessoas, todas as alternativas que cada grupo encontrou para superar os desafios dados em seu território.

O estudo sobre o lazer como cultura aqui é direcionado à experiência vivenciada, praticada ou conhecida, do cotidiano, o que segundo Marcellino (2007, p. 7), não reduz “o lazer a um único conteúdo, vendo-o de uma perspectiva parcial, como geralmente ocorre quando se utiliza a palavra cultura”, mas pretende-se aqui tratar o tema a partir de vários conteúdos culturais. Assim, o lazer relaciona-se com atividades físicas, manuais, artísticas, intelectuais, associativas e de turismo.

Camargo (1992) também partilha desta visão e desmente o mito da banalidade do lazer. O autor afirma que assim como em todas as atividades humanas não existe livre escolha do indivíduo, qualquer ação sofre a influência de determinismos culturais, políticos e econômicos. Sendo assim, os estudos das práticas do lazer e destes fatores resultantes de elementos externos, da vontade pessoal, pode-se evidenciar sérios problemas e desafios para a nossa sociedade.

O lazer, portanto, não está ligado apenas ao descanso e divertimento, mas também à possibilidade de desenvolvimento pessoal e social.

Não se concebe o lazer na sua especificidade abstrata, o que quer dizer que seu entendimento não é estabelecido em si mesmo, ou de forma isolada, nessa ou naquela atividade, mas como um componente de cultura historicamente situada (...), em síntese, a consideração da especificidade concreta do lazer deverá levar em conta o seu entendimento amplo em termos de conteúdo, as atitudes que envolvem, os valores que propicia, a consideração de seus aspectos educativos, as suas possibilidades como instrumento de mobilização e participação cultural, e as barreiras socioculturais verificadas para seu efetivo exercício, tanto intraclasses com interclasses sociais. A ação fundamentada nesse entendimento é geradora de novas

competências, estimuladora da participação e do exercício da cidadania. (MARCELLINO 2007, p. 12-13)

Contudo, entende-se que atividades de lazer estão ligadas diretamente ao desenvolvimento do sujeito como cidadão, sem desmerecer, é claro, o descanso e o divertimento que também são características destas atividades e fundamentais para uma vida com qualidade.

No entanto, Marcellino (2007) diz que, apesar do lazer nas últimas décadas ter aparecido como problema social e também como objeto de reivindicação, não existe de fato, por parte do poder público, o estabelecimento de políticas setoriais na área. Mesmo o lazer constando na Constituição Federal de 1988, do Título II, Capítulo II, Artigo 6º, como um dos direitos sociais e ser tratado também quanto à formulação de ações, no Título VII, Capítulo III, seção III, do desporto, no artigo 217, no 3º parágrafo do item IV “o poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social”.

1.5.1 A transformação pela cultura em comunidades carentes: um exemplo prático.

Falaremos neste tópico, do conceito de Yúdice (2006) de cultura na sociedade atual, um tipo de cultura da era da globalização acelerada, na qual esta categoria é um recurso, um ramo de atividade humana capaz de gerar melhoria sociopolítica e econômica.

A cultura tem um papel fundamental na sociedade atual, seja na forma de internalização do controle social⁷ como argumentam os estudiosos de Foucault, ou, como fonte de crescimento econômico, com os direitos de propriedade intelectual e bens simbólicos como filmes, música, turismo entre outros. Mas, como recurso de intervenção sociopolítica, destacamos ações de cidadania como o presente no Grupo Cultural Afro Reggae (GCAR), ação que visa através da música e da dança atrair jovens para um “novo campo ético moral”,

⁷ Conjunto de processos que são empregados a fim de assegurar as normas de padrão, ou o conjunto de forças sociais destinadas a estabelecer e manter uma determinada ordem social. O controle social torna-se efetivo por intermédio das sanções, penalidades e recompensas associadas à desobediência ou obediência das normas do grupo.

e fomenta o reconhecimento e a afirmação da “beleza e da positividade destes jovens” (YÚDICE, 2006, p. 52).

O GCAR nasceu da iniciativa do jornal Afro Reagge Notícias em 1993, um veículo de comunicação voltado para a divulgação e valorização da cultura negra, com a intenção de desenvolver formas de ação voltadas para a formação artística e cultural de jovens, para que esses visualizassem meios de construção da sua identidade cidadã e se transformassem em agentes multiplicadores de ações com os mesmos princípios. O primeiro Núcleo Comunitário Cultural foi implantado na comunidade de Vigário Geral, o qual cresceu e possibilitou ao GCAR desenvolver projetos sociais em outras quatro comunidades do Rio de Janeiro. Desde então, o GCAR promove ações ligadas à prevenção da AIDS, direitos humanos e educação, treinamento para empregos nos setores de serviços e entretenimento (percussão, dança, capoeira). (YÚDICE, 2006).

Um dos objetivos do projeto é quebrar o estigma de marginalização da criança negra da favela, fortemente disseminado na sociedade carioca após as ondas de arrastões na cidade, em 1992 e 1993, que geraram por sua vez, uma onda de repressão e violência contra a população pobre do Rio de Janeiro. No lugar desta imagem, o projeto busca evidenciar o caráter musical das crianças, que participam das atividades de percussão não apenas “para cumprir os propósitos ritualísticos de religiões afro-brasileiras, como o candomblé, mas para demonstrar sua autoestima” (YÚDICE, 2006, p. 58).

Na mesma época, a Casa da Paz e o Viva Rio, em conjunto com celebridades e empresários do entretenimento, defenderam a música jovem como, nas palavras de um dos participantes dos movimentos citados: “verdadeira face da favela, não a face de prisioneiros ou de bandidos mortos, mas a dos cidadãos” (YÚDICE, 2006, p. 58).

Ações de Cidadania como a do GCAR, Casa da Paz e o Viva Rio, utilizam-se da cultura para situar a população de sua importância e de seus direitos, levando o indivíduo a se enxergar como cidadão, e desta forma, reivindicar serviços e acesso a espaços de discussão das questões que os afetam, destacando ainda sua estratégia de reunir não só representantes das camadas pobres da sociedade, mas empresários, intelectuais, a mídia e qualquer cidadão interessado, numa tentativa de negociar as diferenças

presentes entre as classes sociais e encontrar caminhos capazes de coordenar mudanças positivas para todos os envolvidos. (YÚDICE, 2006).

1.6 Políticas públicas para a juventude brasileira

O debate sobre políticas públicas no Brasil é recente e foi motivado pela situação econômica e social, manifesto em um primeiro momento nos casos de violência envolvendo jovens, tanto como vítimas quanto como os agentes desta violência, com destaque para a chacina da Candelária, rebeliões de adolescentes em Fundações Estaduais e o assassinato do índio Galdino por jovens da classe média da cidade de Brasília. (SPOSITO, 2007).

Mesmo estes fatos não foram suficientes para uma significativa ação do Estado frente à situação da juventude. O maior avanço para a proteção dos direitos fundamentais desta parcela da população neste período foi a construção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), porém, conforme Sposito (2007), após o período de rebeliões das Fundações Estaduais, pouco ou nada se fez em relação a juventude.

No final da década de 1990 o tema teve um tratamento mais significativo:

(...) A partir de 1997, observa-se uma série de ações destinadas aos jovens, articuladas em nível federal com a forte presença da UNESCO, ampliando-se no segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso. As áreas governamentais mais porosas às iniciativas e propostas situaram-no Ministério da Justiça e no Ministério da Previdência e Assistência Social. (SPOSITO, 2007, p. 9).

Outro evento significativo para as políticas públicas voltadas para a juventude aconteceu em 2002, o seminário *Políticas Públicas, Juventude em Pauta*. O evento aconteceu em São Paulo e contou com a colaboração de jovens militantes de partidos políticos, sobretudo o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), pesquisadores e organizações não-governamentais, para discutir ações, idéias e necessidades da juventude, com o intuito de cobrar do presidente eleito, Lula, diretrizes gerais sobre

políticas públicas de juventude, uma vez que o tema não era abordado em sua plataforma de governo.

Sposito e Carrano (2003) apontam em seu estudo 30 programas estritamente governamentais, voltados para a juventude, originários da década de 1990. Estão distribuídos da seguinte forma: cinco destes se localizavam no Ministério da Educação, seis no Ministério de Esporte e Turismo, seis no Ministério da Justiça, um no Ministério de Desenvolvimento Agrário, um no Ministério da Saúde, dois no Ministério de Trabalho e Emprego, três no Ministério de Previdência e Assistência Social, dois no Ministério de Ciência e Tecnologia, dois no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, um no Gabinete do Presidente da República (Projeto Alvorada) e, por último, um de caráter interministerial especificamente voltado para a integração das ações de 11 projetos/programas focados em jovens, localizado no Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (Programa Brasil em Ação).

Dos programas, destacamos três, a saber:

a) Programa de Estudantes em Convênio de Graduação (PEC-G)

O programa promove a graduação de estrangeiros, com idades entre 18 e 25 anos, inseridos em programas de desenvolvimento socioeconômico acordados pelo Brasil por via diplomática. A finalidade é que o aluno de volta ao seu país contribua com a área na qual se graduou, sendo desenvolvido em parceria com o Ministério das Relações Exteriores.

b) Projeto Escola Jovem

O objetivo é ampliar a oferta de vagas para o ensino médio. O projeto, iniciado em março de 2001, foi apontando como um desafio, por visar à construção de uma escola para jovens, que preservasse as suas identidades e superasse os baixos rendimentos escolares. Para tanto, estabeleceram critérios de elegibilidade para os estados participarem do programa, tais como: “ser uma escola para jovens e jovens adultos”, “apresentar práticas de correção de fluxo”, “sustentabilidade para custos adicionais além daqueles financiados pelo programa”.

Esse programa deu origem a outros dois subprogramas:

- projetos de captação de investimentos para as unidades da federação, para destinar recursos financeiros aos estados, para a expansão da oferta de ensino médio e a realização de projetos juvenis;
- políticas e programas nacionais para incentivar e apoiar a “implementação da reforma do ensino médio nos estados e no Distrito Federal”.

c) Jogos da Juventude

Criado em 1995, o programa visa “à promoção da prática de atividades esportivas entre os jovens, na perspectiva do denominado esporte de rendimento”.

Tratam-se de programas bem diferentes, ótimas iniciativas, porém cabe destacar a falta de verba que levou ao fim o “Projeto Escola Jovem”.

Os outros parecem ser mais bem sucedidos. O PEC-G continua a ser um exemplo de cooperação internacional e os “Jogos da Juventude” são uma boa alternativa para a falta de investimentos no esporte nacional, observando que:

(...) Os campeões dos jogos estaduais (dentro do programa) compõem as equipes dos jogos nacionais, momento em que os técnicos das diferentes seleções esportivas brasileiras podem observar e selecionar novos atletas. (CARRANO; SPOSITO, 2003, p. 24).

Fora da esfera pública, também são observadas ações de entidades da sociedade civil como ONGS e Fundações, desenvolvendo projetos voltados para a população jovem, como práticas voltadas para a expressão cultural dos mesmos.

Capítulo II

**Da apresentação do campo de pesquisa
à análise dos dados**

2 A região de Parelheiros em alguns números.

Neste capítulo, trataremos de um bairro da periferia de São Paulo, denominado Jardim Silveira, situado na região de Parelheiros, zona sul da cidade de São Paulo.

Como equipamento público, o bairro possui uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, uma Estadual de ensino médio, uma creche municipal, uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e uma organização social em convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo, que atende adolescentes no cumprimento de medidas sócioeducativas de liberdade assistida.

O espaço também é disponibilizado para crianças (até 14 anos) carentes, moradoras da região, para desenvolvimento de atividades como reforço escolar, aulas de percussão, capoeira, teatro e dança, entre outras atividades.

A escola estadual de ensino médio, não possui uma sala preparada para execução de vídeos para a comunidade. Ela está equipada com televisão e aparelho de DVD, mas estes estão alojados em um ambiente com capacidade para 15 pessoas, incapaz, portanto, de oferecer este recurso para uma sala de aula (cerca de 30 alunos). Esta escola também possui uma biblioteca e sala de informática, porém, sem funcionários, sendo impossível dar suporte para os alunos quanto ao seu uso adequado e, desta forma, sem condições de manter estas instalações abertas para os alunos neste momento.

Contudo, a escola é o principal ponto de socialização entre os jovens do bairro. Com a recente reforma da quadra, o programa Escola da Família que funciona aos finais de semana, conta sempre com a presença de grande parte dos jovens da região, de ambos os sexos, para a prática de esportes, em especial o futebol e o voleibol.

Também dentro do programa Escola da Família, a comunidade pode praticar aulas de skate, com o monitoramento de um voluntário, em uma pista improvisada nos corredores da escola e tênis de mesa. Podem, ainda, participar de outros projetos voltados especialmente para crianças, com atividades lúdicas, oficinas de artesanato e projetos de preservação ambiental.

Existem outros projetos esporádicos, voltados para algumas necessidades da população do bairro, como por exemplo, a organização de consultas com oftalmologistas, sem custos para a referida população.

Na tentativa de traçar um perfil da população da região, utilizando a ferramenta on-line Infocidade⁸, constatamos que a renda média de 40% das famílias da região de Parelheiros é de menos de três salários mínimos (10.637 domicílios de 26.160), sendo 63% dos domicílios com 3 a 5 moradores e 13% com 6 a 8 moradores. A tipologia predominante das residências é de casas (97%), sendo que 81% dos domicílios não estão ligados à rede de esgoto (dados da Secretaria Municipal de Planejamento de 2000).

Outros dados que pesquisamos estão relacionados aos espaços de lazer e cultura mais próximos da comunidade. Citamos o parque municipal Linear Parelheiros (que fica a 2,7 Km do bairro)⁹; um Clube da Comunidade dos Centros Educacionais Unificados do Município de São Paulo (CEU) (a 3,1 Km do bairro), que conta com quadras esportivas, biblioteca, sala de teatro, cinema e telecentro; um telecentro (no próprio bairro). O museu mais próximo é o Museu do Computador (21,5 Km do Bairro) (dados da Secretaria Municipal de Planejamento de 2009).

Um fato sobre as distâncias mencionadas é que devido à falta de calçadas e sinalização no percurso que liga o bairro do Jardim Silveira ao centro de Parelheiros (aproximadamente 2,7 Km), não é recomendada a travessia a pé deste caminho. O tempo para percorrer uma distância de 3,1 Km é de 18 minutos, mas é preciso considerar ainda o tempo de espera do transporte, estimado em 8 minutos. Esse tempo de 26 minutos é somado ao custo de R\$ 2,30 (com a utilização de Bilhete Único).

As principais propostas de ação da Subprefeitura de Parelheiros para a região são:

⁸ Dados segundo a apresentação do domínio <http://sempla.prefeitura.sp.gov.br>: “Infocidade é o novo endereço para consultas de dados sobre a cidade de São Paulo. Nele, a Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla) coloca à disposição do público uma extensa compilação de indicadores e informações que compõem o rico acervo de seu banco de dados. As fontes são as próprias secretarias da prefeitura, responsáveis por serviços diversos oferecidos aos paulistanos, mas também instituições como o IBGE, a Fundação Seade e os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Educação e da Saúde.”

⁹ A referência usada para medir a distância foi a escola Professora Ana Luiza Florence Borges, os valores da medição foram fornecidos pelo site <http://maps.google.com.br>.

a. Promover o turismo sustentável e adequado

Considerando que 62,4% do território tem cobertura natural remanescente da Mata Atlântica e sua rede hidrográfica alimentam as represas Guarapiranga e Billings, responsáveis por 30% do abastecimento de água do município de São Paulo.

É uma medida que pode aumentar consideravelmente os ganhos, gerar empregos dentro do território e trazer maior visibilidade para as demandas da região.

b. Desenvolvimento de uma economia rural adequada

Parte da população consegue sobreviver através da agricultura. Em destaque, temos a região da Cratera Colônia, no qual cerca de 50% do território é preservado com área agrícola tradicional.

c. Saneamento sustentável

Como foi exposto, 81% dos domicílios da região não estão ligados à rede de esgoto. Esta é uma questão bastante grave não só para os próprios moradores, já que parte do abastecimento das represas Guarapiranga e Billings vêm deste distrito do município.

d. Inclusão social da população local através de trabalho e renda

Não há especificações das medidas a serem tomadas para esta demanda.

e. Gestão pública participativa e de reciprocidade compartilhada

Cada bairro tem o seu espaço dentro da Subprefeitura, as reuniões são semanais e abertas para a comunidade, que tem liberdade para discutir e propor os assuntos a serem tratados.

2.1 Caminhos metodológicos, acertos e “contratempos”.

A principal motivação para a escolha do estudo neste local foi a escassez de opções de lazer para o jovem e uma relação de proximidade com o bairro e alguns moradores. Sabíamos algumas de suas reivindicações, e estas estão ligadas ao tema tratado nesta pesquisa.

Iniciamos este estudo sobre juventude, lazer e cultura, durante o desenvolvimento de um projeto de iniciação científica intitulado Faça Você Mesmo, na Universidade de Santo Amaro (UNISA), no período de agosto de 2008 a julho de 2009.

O Projeto teve a participação de 18 jovens, com idades entre 15 e 16 anos, todos estudantes da Escola Estadual de ensino médio Professora Ana Luiza Florence Borges e moradores do Jardim Silveira ou proximidades. Com estes, desenvolvemos discussões voltadas ao tema cultura, organizando excursões em espaços da região e no centro da cidade, ligadas aos temas discutidos e promovendo reuniões abertas à toda comunidade, para conhecer as opiniões de todos os interessados em promover novas atividades ligadas à prática do lazer e o tema cultura.

Com as reuniões, percebemos a grande insatisfação com a escassez de espaços voltados para a cultura e o lazer. Porém, foi vista uma enorme dificuldade de mobilização entre os membros da comunidade para alcançarem seus objetivos.

Quando escolhemos o mesmo tema tratado em nossa iniciação científica, pensamos em desenvolver um relato das dificuldades presentes nas vidas dos moradores desta comunidade e convidá-los a refletir sobre as formas de superação dos entraves apresentados.

Primeiramente pensamos em utilizar a mesma metodologia empregada no projeto Faça Você Mesmo, a pesquisa-ação¹⁰. Porém, teríamos dificuldade

¹⁰ A pesquisa-ação segundo Thiollent (2008), é um método de pesquisa recomendado principalmente quando se pretende trabalhar com grupos pequenos, que supõe participação dos sujeitos pesquisadores e participantes, uma forma de ação planejada de caráter social, educacional ou técnico, que visa a transformação de uma realidade. A pesquisa ação não é considerada uma metodologia. Trata-se de um método, ou de uma estratégia de pesquisa agregando vários métodos ou técnicas de pesquisa social, com os quais se estabelece uma estrutura coletiva, participante e ativa.

para reunir todos os participantes em reuniões periódicas no curto espaço de tempo que possuíamos para a entrega deste trabalho.

Passamos então a preparar um estudo, utilizando a metodologia da história oral, com análise de dados qualitativa. Pois segundo Minayo (2007) a pesquisa qualitativa não está preocupada com a qualificação da realidade, pois trabalha os significados, os motivos, as crenças, as aspirações, ou seja, a pesquisa qualitativa trabalha a realidade social e este foi o motivo central de optarmos por esta metodologia. Pretendemos com este estudo entender de forma qualitativa a realidade onde estão inseridos os sujeitos pesquisados e o significado que esta realidade tem para os mesmos.

A coleta de dados foi feita com entrevistas semi-estruturadas, com o relato oral dos entrevistados, pois este tipo de entrevista “permite conhecer a realidade, passada e presente, pela experiência e pela voz daqueles que a viveram” (ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS 1999, p.1), onde os entrevistados puderam de maneira livre, comentar os temas cultura, lazer, sua participação na comunidade e expectativas para o futuro.

Utilizamos gravador de voz nestas entrevistas, pois desta forma, enquanto pesquisadores, tivemos maior possibilidade de nos ater aos entrevistados sem nos prender à anotações durante suas falas.

O entrevistador precisa estar bem atento não apenas ao roteiro preestabelecido e às respostas verbais que vai obtendo ao longo da interação, há toda uma gama de gestões, expressões, entonações, sinais não verbais cuja captação é muito importante para a compreensão e a validação do que foi efetivamente dito (LUDKE & ANDRÉ, 1988, p.36).

As transcrições destes relatos foram feitas na íntegra, seguindo as orientações de Queiroz (1991), que alerta:

a execução da tarefa pelo próprio pesquisador que realizou a coleta de história de vida ou de depoimento pessoal; pois ele, em princípio, é quem está apto a realizar o trabalho de maneira que a escrita reproduza mais fielmente possível a gravação. (p.86).

Com isso buscamos trazer para o nosso trabalho as transcrições de forma mais fiel possível aos relatos dos entrevistados.

2.1.1 Os objetivos, o problema e a hipótese

Para efeitos da pesquisa, delimitamos como objetivo geral conhecer o cotidiano de jovens, moradores do Jardim Silveira região de Parelheiros, zona Sul da cidade de São Paulo, em relação ao acesso à cultura e ao lazer, fatores que consideramos determinantes de possibilidades futuras para tornarem-se sujeitos. Quanto aos objetivos específicos decidimos por conhecer as políticas públicas voltadas para o atendimento da juventude; identificar qual a importância que o jovem atribui à cultura e qual o papel da escola nesta construção cultural e conhecer suas formas de lazer e ocupação do tempo livre.

A problematização para este estudo foi a seguinte: existe um suporte frágil e nem sempre eficiente para a formação cultural e social da juventude brasileira, em especial para os jovens que se encontram na pobreza, vivendo na periferia das grandes cidades.

A partir da formulação do problema, tínhamos como hipótese que, a ação do Estado é insuficiente para o desenvolvimento cultural e social dos jovens da periferia, tanto na oferta de meios materiais (infra-estrutura) para usufruto de atividades culturais oferecidas gratuitamente, quanto no número de projetos voltados para a cultura dentro da periferia da cidade de São Paulo.

No subitem a seguir, descreve-se o perfil dos sujeitos que foram entrevistados.

2.2 Perfil dos pesquisados.

Para este estudo foram selecionados dois dos jovens que participaram do projeto citado no tópico anterior e o responsável dos mesmos. A escolha deste casal de irmãos deve-se ao fato de que durante o período de realização do projeto, pudemos perceber a facilidade em se expressarem sobre suas

realidades. O fato de serem de gêneros diferentes não foi determinante, sendo o único motivo da escolha o já citado anteriormente.

Outra figura fundamental neste estudo, por compartilhar o espaço e colaborar com a divulgação das atividades e seu desenvolvimento, foi um dos funcionários¹¹ da escola Professora Ana Luiza Florence Borges, também convidado a participar da entrevista.

Nas reuniões realizadas com a comunidade, contamos com a participação de alguns membros atuantes dentro do bairro. Algumas das reuniões foram gravadas e utilizaremos esse material para ajudar na discussão proposta neste trabalho. Esta reunião contou com a participação de quatro pessoas que moram ou desenvolvem atividades junto à população do Jardim Silveira.

2.3 Necessidade, tempo, deveres: a responsabilidade pela mudança.

Todo bairro possui problemas, de especificidades próprias e em níveis diferentes. Entre o trabalho, estudo e compromissos familiares, lutar por direitos e reivindicar melhorias na comunidade em que moramos, acaba sendo uma tarefa praticamente secundária. Evidente, não por considerar desnecessário, mas considerando nossas prioridades e o desgaste físico e psicológico infligido pelas atividades cotidianas, acaba quase sempre não sobrando tempo para as lutas coletivas.

Para corroborar a afirmação, primeiramente convidamos a quem estiver interessado, a pensar e se perguntar como é o seu bairro, quais são seus problemas, como é sua infraestrutura.

Respondidas as perguntas, será que estas respostas são satisfatórias para a nossa qualidade de vida, bem estar, crescimento saudável de crianças e adolescentes da comunidade?

Estas foram as mesmas reflexões propostas aos participantes da pesquisa. Entre as respostas encontradas, visivelmente, a situação não parece satisfatória:

¹¹ Não citaremos sua função, porque este solicitou a não divulgação de sua identidade.

Em primeiro lugar o bairro é como todo mundo vê, é uma porcaria. É o que eu vejo. É meu ponto de vista. É uma porcaria (...). Aqui não tem nada é horrível, tudo que você precisa você tem de buscar ou em Parelheiros ou de Parelheiros pra lá, não tem nada, não tem um sacolão pra gente, não tem um mercado bom, não tem uma farmácia, não tem nada aqui, a gente busca fora, então o bairro aqui precisa de tudo, tudo, tudo (...) (Entrevistado 1).

Esta passagem demonstra claramente a insatisfação deste morador, a de morar em um lugar onde qualquer compra carece do uso de transporte, como já foi mencionado, já que o centro de Parelheiros fica à 2,7 Km do Jardim Silveira, aumentando o custo de vida do morador e gerando desgaste para enfrentar a travessia.

Outro participante demonstra vergonha, e até se sente desvalorizado por estar nesta comunidade:

Então, meu bairro, quando as pessoas perguntam “onde é que você mora?” “Moro lá no Jardim Silveira”, as pessoas perguntam: “por que você não tá pulando nas árvores?” Essa é imagem que tem do nosso bairro. Cê (sic) fica meio assim, mas é verdade, só tem mato, ninguém liga pro nosso bairro. (Entrevistado 4).

Mas, quem é o responsável por mudar esta realidade?

As respostas obtidas nas entrevistas diferem consideravelmente. Enquanto comentava sobre o bairro, o Entrevistado 1, deu a sua visão de como a situação poderia ser revertida:

(...) principalmente se aqui tivesse uma ONG para pegar todos os adolescentes que fica (sic) aí, sabe, no mundo das drogas. (...) seria uma maravilha, o bairro tem como subir, ele tem como subir sim. (...) Então, a gente precisa de muita coisa, precisa de muita coisa aqui no bairro e se aparecer assim, alguém que possa ajudar a gente eu sou capaz de lutar junto por isso, porque eu conheço quase todo mundo aqui. Eu sou capaz de lutar junto pra gente conseguir alguma coisa para esse bairro. (Entrevistado 1).

O Entrevistado 1 não se exclui da responsabilidade pela mudança. Mas acredita que a iniciativa deve vir de fora. Também é visível que o entrevistado não entende o Estado como principal agente na mudança, este seria o alvo de

uma luta, que seria iniciada com a aparição de alguém disposto a “ajudar”. O termo “ajuda” remete a como a política ainda é vista em muitos segmentos da sociedade, vista como um assistencialismo, algo derivado da boa vontade daqueles que estão no poder e não como uma construção, reivindicação dos que precisam utilizar estas políticas.

Outro fato é quando realça as Organizações Não Governamentais (ONG), como uma possibilidade de elevação na qualidade de vida dentro do bairro, e não uma iniciativa estatal voltada apenas para erradicação das drogas e outras necessidades dos adolescentes.

O depoimento do Entrevistado 3, apresenta interessantes questões para análise:

Assim o bairro que eu moro, não tem nada, mas eu não posso criticar, porque além de não ter nada, eu não acho... não tem como a gente falar do bairro sem saber as pessoas que estão por traz. Eu tenho certeza se as pessoas mostrassem mais interesse, esse bairro não taria (sic) dessa forma, porque assim todo mundo fala o bairro não presta, o bairro não tem nada, mas ninguém faz nada pra melhorar ele, ninguém vai atrás de nada, ninguém mostra interesse quando aparece um projeto, ninguém tá nem aí, então não tem como o bairro melhorar sozinho. (Entrevistado 3).

Este trecho demonstra a irritação frente à falta de mobilização dos habitantes de sua comunidade. Culpabiliza a falta de mudanças pela falta de iniciativa.

Prosseguindo seu relato, indica que já existiu algum tipo de iniciativa e: “quando aparecesse (sic) algumas pessoas dos projetos, falam que é mentira, falam que não vai levar pra lugar nenhum.”

Como dito no capítulo um, grande parte da população em vulnerabilidade é privada de sonhar. Não acreditam mais na luta por mudanças ou não têm mais forças para buscarem seus direitos.

O mesmo entrevistado demonstra que esta questão não é uma regra, comumente “A gente (o entrevistado e seus amigos) sempre comenta na escola, não é porque nascemos pobres nós que não temos o direito de sonhar”. Mas também revela que seu direito de “apropriação da cidade” (CASSAB; TARDIN, 2005, p 59), lhe é negado:

Muitas pessoas pensam que porque nascemos pobres temos que morrer pobres, sem ter sonho nenhum de conhecer lugares diferentes, até mesmo. Até o centro da cidade igual eu comentei com minhas amigas, meu namorado lá de Minas, ele uma vez, a gente tava conversando pelo telefone ele falou “eu fui no centro da cidade” e eu falei que eu não conhecia. Ele morando lá em Minas e eu falei “eu não conheço o centro da cidade”. (Entrevistado 3).

O Respondente 1 inicialmente dá uma idéia totalmente diferente dos demais:

“Tem tudo, a comunidade, o bairro oferece tudo, por que aqui há espaço, o espaço que nós temos é um espaço perfeito para as pessoas.” (Respondente 1)

Mas quando se expressa, demonstra que a questão é outra, se trata do bairro ser ruim, não se trata de falta de espaço, pois:

Aqui nós temos espaço para o futebol, nós temos espaço para criar uma área de lazer muito boa, sem “agredir” o meio ambiente (...), lugar tem, falta o bom senso dos governantes, bom senso da subprefeitura e bom senso dos pais da comunidade. (Respondente 1).

Tendo esta consciência, o Respondente 3 afirma que:

(...) a gente aceita tudo que eles impõem pra gente, não vai atrás, não entra nos direitos. Ah, primeiro porque não sabe os direitos, né. E segundo porque, um não tem tempo, outro não quer perder tempo. Aí vou perder meu tempo nessa reunião boba e essas coisas... Então eu acho que o pessoal esquece de correr atrás dos direitos deles por isso (...). Apesar, que tem uns que sabem, mas não têm força de vontade pra correr atrás. Têm medo de porta na cara, enfim, não corre atrás mesmo, por medo de não conseguir, nem vão tentar. (Respondente 3).

Mesmo em tempos onde a informação é amplamente disponibilizada nos veículos de comunicação, ainda não estão garantidos os meios de acesso a estes veículos para a maior parcela da população, a parcela que mais precisa. Quando lemos a declaração do Entrevistado 1, entendendo que a mudança deve vir da “ajuda” de um sujeito externo ou uma ONG, pode-se afirmar que o

lazer, não lhe é percebido como um direito que vem sendo negado, assim como é negado para seus filhos e comunidade.

Das atividades de lazer de seus filhos, o Entrevistado 1:

Assim que eu tenho tempo eu levo eles... A única área de lazer que a gente tem aqui é o campo, aí, assim que eu posso, eu levo eles. (...) (Os filhos menores) Ficam em casa brincando no quintal, direto aqui preso, porque eu não deixo ir na rua, fica preso aqui dentro de casa no quintal. (sic) (Entrevistado 1).

A justificativa é, assim como a falta de espaços adequados para as crianças, os perigos que as ruas possuem “porque tem muito bêbado muita droga”. Como percebemos na leitura de Camargo (1992), o estudo das práticas de lazer nos leva a perceber a realidade onde o cidadão está inserido.

A questão do trabalho aparece nesta fala, pois “assim que tenho tempo” se refere aos momentos do Entrevistado 1 fora do trabalho. Em relação ao uso de entorpecentes na comunidade, a justificativa dada pela entrevistada também é o trabalho:

A pessoa fica aqui a semana inteira sem emprego, sem trabalhar. É um tédio na vida deles, ele vai o quê? (sic) Beber e fumar droga porque não tem nada, se ele não tiver dinheiro ele não vai para onde tem as coisas. (Entrevistado 1).

Sem comércio, sem prestadoras de serviços, sem oferta de emprego na região, aqueles fora do perfil exigido pelo mercado de trabalho se acumulam nas esquinas do bairro, tornam-se um motivo de preocupação para os moradores e um empecilho para práticas de lazer.

Entre os desejos para o bairro:

Eu gostaria de, nossa, tem tanta coisa maravilhosa que deveria ter nesse bairro. No meu pensar, em primeiro lugar uma praça, pelo menos. No mínimo uma praça com alguns brinquedos pra levar as crianças no fim da tarde, qualquer hora assim que as crianças não tivessem compromisso, pudessem ir se divertir, né? (Entrevistado 1).

Aparentemente o desejo de grande parte dos moradores, já que muitos cresceram com a possibilidade de brincar em uma praça, sem grandes preocupações com drogas e violência, é oferecer este tipo de lazer para os filhos.

O Entrevistado 4 demonstrou outras carências. Reivindica um espaço de escuta para os jovens da população:

O bairro precisa de mais escuta pros adolescentes, tipo se tivesse um lugar onde o adolescente chegar e conversar com uma pessoa com os problemas que ele tem, não é só centro de lazer essas coisas que um adolescente precisa, ele precisa de um lugar pra se abrir com alguém que saiba de alguma coisa pra ajudar ele, que tenha o consentimento de ajudar ele. Tipo um psicólogo. Ele (o adolescente) não sabe o que fazer. Ele briga na casa dele, com os pais dele, ele vê os pais dele brigando, qual a solução dele? Ir para o caminho das drogas, não aparecer mais em casa e já era, virar um viciado. Agora se ele vai em um lugar onde tem uma pessoa para conversar se sabe que vai ajudar ele vai naquele lugar (sic).(Entrevistado 4).

Esta carência pode ser percebida em outra fala quando este indica seu relacionamento familiar e o papel dos pais, e como relações de proximidade com o jovem podem evitar o seu contato com as drogas. Ao perguntarmos sua opinião porque alguns de seus amigos foram para o mundo das drogas, obtivemos:

Por causa da violência, quase todo caso é a violência de casa, sabe? Os pais brigam, o pai não dá ajuda aos filhos, não conversa com os filhos e os filhos crescem revoltados, entendeu? Bate nos filhos, aí, tipo, ele tira disso o motivo para ficar revoltado, sabe. E o único motivo (forma) de sair disso é usando droga, que ele vai se sentir melhor. Na cabeça dele (...) (Entrevistado 4).

O Entrevistado 2, funcionário da escola Professora Ana Luiza Florence Borges, sobre a visão dos alunos sobre seu bairro, “a gente percebe que os alunos, eles discriminam o lugar onde moram” e por este motivo, esta tem em mente um projeto, uma tentativa de valorização do bairro onde o aluno vai:

(...) Cuidar da rua onde ele mora, da casa dele, valorizar os pais, não só o lugar, mas os pais, a comunidade, e lutar pela comunidade pra melhorar, né (...). (Vamos) montar uma equipe de alunos e fotografar a realidade deles, trazer a realidade deles, mostrar pra quem vê, ou eles mesmos vendo de fora, se eles vão vê com outros olhos e quem sabe, valorizar mais (...) (Entrevistado 2) .

Conhecer o bairro, é a alternativa sugerida pelo Entrevistado 2. Afinal, como seria possível valorizar algo desconhecido pelos jovens da comunidade?

E vontade de mudança deve partir dos próprios moradores do bairro, mas como exigir empenho quando o sujeito em questão se sente desvalorizado e diminuído simplesmente por morar na periferia. Apresentamos a iniciativa do GCAR, que trabalha a auto-estima da população atendida pela organização. Apenas com informação e ciente de sua capacidade é que a comunidade poderá realmente caminhar em direção às mudanças que necessitam.

Considerações Finas

“Nem sempre podemos construir o futuro para nossa juventude, mas podemos construir nossa juventude para o futuro”.

Franklin Delano Roosevelt

Ao iniciarmos a pesquisa de iniciação científica que deu origem a este trabalho, tínhamos muitas indagações, algumas suposições e poucas ou nenhuma resposta. No entanto, foi somente no campo onde se encontravam os sujeitos eleitos que tivemos a real dimensão do que é ser jovem, e principalmente aqueles que habitam e transitam pelos espaços da periferia urbana. Neste processo detectamos que esses jovens alimentam sonhos de pertencimento, conseguem se indignar frente às injustiças e desigualdades que os atinge no seu processo de desenvolvimento. Lutam por um lugar nesta sociedade onde possam construir um futuro mais digno.

Ao externalizar suas indignações, muitas vezes nem sequer sabem descrevê-las, pois que com a mesma rapidez que se motivam para algo que pode trazer melhorias e benfeitorias para o bairro onde residem existe a inconstância em descrevê-las do ponto de vista das necessidades, que são prementes de cobertura por parte dos governantes. Buscamos na pesquisa compreender um pouco deste mundo onde eles estão inseridos, mundo que é nosso também, mas que pretendíamos vê-lo a partir do olhar dos jovens da pesquisa.

Então, determinamos como sendo nosso objetivo conhecer o suporte cultural e de lazer dado ao jovem morador do Jardim Silveira, para seu desenvolvimento como ser social.

Nossos objetivos foram alcançados tanto através dos encontros semanais que mantivemos com os jovens durante um ano, período de duração da iniciação científica, quanto através de pesquisa bibliográfica sobre o tema e com as visitas de observação ao território onde vivem.

Nossa hipótese inicial era de que a ação do estado é insuficiente para o desenvolvimento cultural e social dos jovens da periferia, tanto na oferta de

meios materiais como infra-estrutura, quanto na oferta de atividades culturais, assim como no número de projetos voltados para a cultura dentro da periferia da cidade de São Paulo. Sendo esta confirmada, pois percebemos como são precárias as opções de cultura e lazer para os jovens deste bairro, apenas a escola e uma ONG, onde as condições de acesso a estes espaços são tão precárias quanto a oferta dos mesmos, e isso pôde ser observado no segundo capítulo da monografia, onde descrevemos as características deste bairro em particular.

No entanto, percebemos que existe um forte desejo por parte destes jovens de se apropriarem da cidade onde vivem, e acreditamos que este é o princípio de um caminho que deve ser trilhado. Para tanto, é necessária maior ação por parte de todos os órgãos envolvidos com a questão da juventude, bem como a mobilização da comunidade, apresentando propostas consistentes sobre as reais necessidades dos jovens, para que estes cumpram com suas obrigações políticas, considerando que não estamos tratando apenas de sonhos e desejos, e sim, de cidadania e direitos.

Neste processo, percebemos o quão é forte o desejo dos jovens de se apropriarem da cidade onde vivem, e acreditamos que este é o caminho a ser trilhado. Contudo, não pode e não deve ser de forma solitária, mas de uma forte mobilização, para que os jovens saiam da mera posição de antagonistas e de fato se transformem nos principais protagonistas das suas histórias.

Finalizaremos este estudo, justificando a escolha da epígrafe do primeiro capítulo, a letra da música “Enquanto houver sol”, do grupo musical Titãs. Chegamos a uma comunidade sem acreditar em um caminho e no desejo para mudanças, pensávamos encontrar uma comunidade que não sentia mais dor por ter seus direitos negados, mas com a pesquisa vimos que estes sentimentos estão vivos, não só nos jovens, mas estavam espalhados por toda comunidade e como em qualquer campo da ação humana, “é caminhando que se faz o caminho”.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis**. 1ª ed. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.

ARREGUI, Corola C.; WANDERLEY, Mariângela B. **A Vulnerabilidade social é atributo da pobreza?** Serviço Social e Sociedade, v. 97, p. 143-165, mar./mai. 2009.

BARBOSA, Jorge Luiz; SOUSA E SILVA, Jailson de. **Favela alegria e dor na cidade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2005.

BIVAR, Antônio. **O que é Punk**. 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

BRASIL. **Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília, 1998, p. 798.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**, Brasília, n. 36, p. 92, 13 jul. 1990.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**, Brasília, dez. 1988.

BOUSQUAT, Ayalene; COHN, Amélia. **A Construção do mapa da juventude de São Paulo**. Net, São Paulo, out. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n60/a05n60.pdf>>. Acessado em: 20 mai. 2009

CAMARGO, Luiz O, Lima. **O que é Lazer**. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

CARRANO, Paulo César Rodrigues; SPOSITO, Marília Pontes. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 24, p. 16-39, set/dez. 2003.

CASSAB, Clarice; TARDIN, Maria Aparecida. **Jovens e oportunidades: a desnaturalização da cidade desigual**. Serviço Social e Sociedade, v. 83, p. 49-62, set./nov. 2005.

CENTRO UNIVERSITÁRIO IBERO – AMERICANO. **Glossário de sociologia**. 1ª ed. São Paulo: NETRA, 2001.

COSTA, Márcia Regina da; SILVA, Elizabeth Murilho da. **Sociabilidade juvenil e cultura urbana**, 1ª ed. São Paulo: EDUC – Editora da PUC, 2006.

DAYRELL, Juarez; LEÃO, Geraldo; REIS, Juliana Batista dos. **Juventude, pobreza e ações educativas no Brasil**. In: SPOSITO, Marília Pontes (Org.). **Espaços públicos e templos juvenis: Um espaço de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo, 1ª ed. São Paulo: Global Editora, 2007. cap. 1, p. 47-82.

ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS, 15, 1999, Caxambú, **Trabalhando com história oral : Reflexões sobre procedimentos de pesquisa**. São Paulo: CERU, 1999.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Desvelar a política na periferia: Histórias de movimentos sociais em São Paulo**. 1ª ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

JARDON, Carolina. **Assassinato do índio Galdino completa 10 anos**. Brasília, abr. 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL23764-5598,00.html>> Acesso em: 10 mai. 2009 (rever)

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1988.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Algumas aproximações Lazer e cultura**. Campinas, Alínea Editora, 2007.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo - novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MARTINS, José de Sousa et al. **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

MELIO, Vitor Andrade. **Arte e Lazer: desafios para romper o abismo** in. MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e cultura**. Campinas, Alínea Editora, 2007.

MINAYO, Maria C.S. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

NEDER, Gilene. **Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil**. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Org.). **Família Brasileira – a base de tudo**. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 26-46.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004, p. 304.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO, REGIÃO DE PARELHEIROS. **A Região de Parelheiros. Net**, São Paulo, jan. 2004. Disponível em: <<http://www.parelheiros.info/>>. Acesso em 22 mai. 2009.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO, REGIÃO DE PARELHEIROS. **Objetivos orientadores de sustentabilidade da gestão. Net**, São Paulo, set. 2004. Disponível em: <<http://www.parelheiros.info/>>. Acesso em 22 mai. 2009.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO, REGIÃO DE PARELHEIROS. **Político Administrativo. Net**, São Paulo, set. 2003. Disponível em: <<http://www.parelheiros.info/>>. Acesso em 22 mai. 2009.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. 1ª ed. São Paulo: Queiroz, 1991.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Transmissão geracional e família na contemporaneidade** in: BARROS, Myriam Lins. **Família e gerações**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SANTOS, José Luís dos. **O que é cultura**. 16ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**. 2ª ed. Campinas: Editora. Autores Associados, 1996.

SARTI, Cynthia Andersen. **Família e jovens no horizonte das ações**. Revista brasileira de educação. São Paulo, v. 11, p. 99-109, mai./ago. 1999.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO. **Disponibilidade de Bibliotecas Públicas e Acervo. Net**, São Paulo, jan. 2006. Disponível em: <<http://sempla.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em 22 mai. 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO. **Domicílios por Faixa de Rendimento, em salários mínimos. Net**, São Paulo, jan. 2000. Disponível em: <<http://sempla.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em 22 mai. 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO. **Museus. Net**, São Paulo, fev. 2007. Disponível em: <<http://sempla.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em 22 mai. 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO. **População Recenseada, Projetada, Taxas de Crescimento Populacional e Densidade Demográfica. Net**, São Paulo, jan. 2009. Disponível em: <<http://sempla.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em 22 mai. 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO. **Telecentros. Net**, São Paulo, jan. 2009. Disponível em: <<http://sempla.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em 22 mai. 2009.

SPOSITO, Marília Pontes. **Espaços públicos e templos juvenis: Um espaço de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo, 1ª ed. São Paulo: Global Editora, 2007. Introdução, p.5-41.

STAMOTO, Maria Izabel Calil. **Protagonismo juvenil: Uma práxis sócio-histórica de resignificação da juventude**. 2008, p. 222, Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

THIOLLENT, Michael. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

YÚDICE, George. **A Conveniência da cultura: Usos da cultura na era global**. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

Anexo A CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

NOME DO PARTICIPANTE:
NOME DO RESPONSÁVEL:

DATA: / /

TÍTULO DO ESTUDO:

Pesquisador: Andréa Rodrigues Otoni
Fone: 5666-9531

Pesquisador: Gerson Alves de Souza
Fone: 5662-5529

Pesquisador: Dr Virginea Paes Coelho
Telefone: 3814-4102

Você ou seu (a) filho (a) estão sendo convidados a participar deste projeto cultural. Os pesquisadores relacionados acima estão encarregados do acompanhamento semanal junto aos jovens participantes do Projeto “Faça você mesmo”.

A sua participação ou a do seu (a) filho (a) é voluntária, podendo recusar a permissão para tal participação ou retirar o seu consentimento a qualquer momento, por qualquer razão.

Objetivo:

Este estudo tem como objetivo saber de quinze jovens de quatorze a dezesseis anos, de ambos os sexos, da região de Parelheiros no Jardim Silveira, como esta sendo seu desenvolvimento no que tange o acesso a educação, cultura e lazer pretende também Conhecer o cotidiano dos jovens no que diz respeito ao relacionamento dos mesmos com a comunidade.

Procedimento:

Serão realizados passeios a espaços culturais da cidade de São Paulo, afim de que os jovens conheçam estes espaços e realizem algumas dessas atividades culturais em sua comunidade.

Tempo do estudo:

A duração do estudo será de 12 meses.

Consultas em caso de dúvidas ou problemas referentes ao estudo:

Você tem o direito de perguntar e obter as respostas a quaisquer perguntas que possa ter sobre esta pesquisa. Se você tiver mais perguntas deve contatar qualquer um dos pesquisadores nos telefones mencionados acima.

Confidencialidade:

Os seus dados pessoais poderão ser usados na documentação do estudo, nos relatórios ou nas publicações sobre este estudo, porém sem mencionar os nomes verdadeiros de vocês ou seus filhos. Uma cópia deste termo de consentimento será entregue a você.

Consentimento:

Ao assinar este termo eu concordo que:

- 1) O estudo me foi explicado e todas as minhas perguntas foram respondidas.
- 2) Eu tenho a liberdade agora e no futuro de fazer quaisquer perguntas sobre este estudo. Entendo também que, a qualquer momento durante a execução desse Projeto, tenho a liberdade de discutir com os pesquisadores.
- 3) Entendo que tenho o direito de não participar e o direito de interromper a participação a qualquer momento. A decisão sobre participar ou não do estudo não afetará o meu ensino no colégio.
- 4) Eu não receberei nenhum pagamento pela minha participação.
- 5) Foi-me dito que meus dados poderão ser publicados. Eu entendo que nenhuma informação que me identifique será divulgada sem a minha prévia autorização.
- 6) Autorizo meu filho (a) a participar dos passeios que fazem parte desta pesquisa, em companhia dos pesquisadores.

Nome do (a) participante Assinatura do Responsável Data: ___/___/___

Nome do Pesquisador Assinatura do Pesquisador Data: ___/___/___